NOTÍCIAS AFRICANAS 56

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 18 A 24 DE ABRIL DE 1994

ÁFRICA DO SUL

"CHEGAMOS LÁ!"

A ascensão do ANC ao poder representa o fim de uma era no continente africano. Após 40 anos, desde as primeiras independências na década de 1950, encerra-se agora o longo e tortuoso processo da descolonização. O fecho do ciclo se dá na região mais difícil e também a mais promissora – a África Austral.

Aí nasceu, ainda no século XVII, a primeira colônia de povoamento branco do continente – a África do Sul. E também foi nessa região que se estabeleceu o maior número delas: Angola, Moçambique, Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e o Sudoeste Africano (atual Namíbia). Uma marca distintiva dessas colônias foi o enraizamento de fortes minorias brancas que puderam, por vários mecanismos e circunstâncias, manter por longo tempo o monopólio do poder. Lideradas pela África do Sul, elas eram chamadas, na década de 60, de o "último bastião" branco, tendo o racismo como doutrina oficial (*apartheid*) ou como prática política.

Em todas elas, esse monopólio só foi derrubado pela luta armada que se iniciou nas ex-colônias portuguesas nos anos 60 para ter sucesso cerca de 15 anos depois. Foi a vez então do Zimbábue, que ganhou um governo de maioria negra em 1980, seguindo-se a Namíbia, em 1990.

O caso da África do Sul, pólo mais desenvolvido do capitalismo em todo o continente, foi ainda mais difícil. A luta não foi travada tanto na guerrilha, mas muito mais nas *townships* como o Soweto, que, em 1976, foi o principal palco da primeira rebelião geral ocorrida depois do massacre de Sharpeville, em 1960. Depois de Soweto, a história sul-africana adquiriu maior aceleração. A terceira onda de rebeliões, liderada desde 1984 pela UDF (Frente Democrática Unida), assumiu uma expressão muito mais ampla e duradoura. A articulação foi bem maior, envolvendo praticamente toda a população negra, de estudantes a sindicalistas, num arco de 700 organizações da sociedade civil. Todo esse movimento constituía a expressão de uma consciência nacional que era encarnada pelo ANC.

Daí em diante, o processo de "libertação" contra o *apartheid* cresceu em espiral. E o número de mortos, também. O governo de Pretória e o ANC sentiram que a situação caminhava para um impasse e que a única saída era o início de negociações. Estas não vieram logo em seguida. Tiveram que esperar por condições propícias até então inexistentes.

Duas dessas condições se apresentaram em 1988. A primeira delas, de ordem estratégica, atingindo o governo de Pretória. Depois de quatro meses guerreando em solo angolano, as forças armadas sul-africanas foram rechaçadas pelas tropas angolano-cubanas na batalha de Cuíto Canavale, em fevereiro de 1988. Ficou aí provado que a África do Sul não detinha mais a hegemonia militar, sobretudo aérea, na região. Pretória soube tirar as conclusões e enveredou pelas negociações, que tiveram o seu fecho nos Acordos de Nova Iorque de dezembro de 1988.

Eles estipularam a retirada sul-africana do sul de Angola, a independência da Namíbia e a saída por etapas do contingente cubano em Angola. Por sua vez, esses acordos deixaram transparecer a segunda das condições: o fim da guerra fria no continente africano. Pela primeira vez, Estados Unidos e União Soviética se empenharam conjuntamente para solucionar um conflito regional, como foi o caso desse na África Austral.

Ficou claro então para os sul-africanos brancos que o "perigo vermelho" não podia mais constituir um temor justificado para refrear as mudanças de que o país precisava, isto é, iniciar o desmantelamento do *apartheid*. Ao mesmo tempo, a crise interna se agravava, sobretudo a econômica, com anos seguidos de crescimento negativo, enquanto as sanções internacionais e o desinvestimento faziam-se sentir de modo crescente.

Uma terceira condição favorável às negociações foi, por paradoxal que possa eventualmente parecer, o momento de refluxo pelo qual passava o Congresso Nacional Africano. Esse refluxo era em grande parte resultante do desmoronamento da União Soviética, seu importante fornecedor de armamento e outras formas de ajuda, e da crise da África em geral, e da região austral em particular, pois o ANC foi obrigado a abandonar as suas bases de treinamento, especialmente em Angola, em cumprimento ao estipulado pelos Acordos de Nova Iorque.

Essa situação tornava a luta armada praticamente inviável – o que já era antes muito difícil. Assim, parecia chegar a hora de o ANC se tornar menos um movimento de libertação e mais um partido político lutando contra o *apartheid* e pelos direitos civis – o que, na prática, já vinha sendo feito dentro da África do Sul.

É nesse contexto que o, até então, conservador Frederik de Klerk assume a Presidência do país em 1989. Apresentando-se como um "homem novo" e se distanciando do aparelho militar repressivo que o seu antecessor Botha havia hipertrofiado, De Klerk atraiu para si a ala *verligte* (esclarecida) do Partido Nacional e não temeu um possível avanço da extrema-direita.

Logo que arrumou um pouco a casa, De Klerk deu o passo crucial: libertou Mandela – o único interlocutor com total legitimidade popular e estatura de estadista. Com a sua libertação, a 2 de fervereiro de 1990, e a legalização do ANC e de todas as organizações anti-*apartheid* iniciou-se o que talvez possa ser chamada de a maior *revolução negociada* do continente africano. Fechou-se o ciclo da descolonização e abriu-se uma nova era para a África do Sul e para a região austral que as atuais eleições deverão consolidar, malgrado todos os tormentos passados e aqueles ainda por passar. Daí o renovado *slongan* do ANC – *chegamos lá*.

Para os brasileiros, surge mais de perto um novo desafio: pôr em funcionamento a cooperação entre os *cones Sul* dos dois continentes. Cooperação que não exclui uma saudável competição. Do lado de cá, o Mercosul; do outro lado, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). No meio, o nosso Atlântico Sul. Dos dois lados – a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

- Portugal, abril de 74, África do Sul, abril de 94 2
- Tudo a postos para o 'salto final' 3
- 30 partidos para mudar a África do Sul 4
- Os desafios do futuro 5
- Buthelezi, o 'rei da controvérsia' 6
- Nomenklatura do Leste ignorou o povo 6
- O receio das minorias 7
- A tribo branca passa o poder 8
- O fim do 'deixa andar' 9-11
- Vaga de terror bombista 9
- O futuro presidente e os outros 12
- Os dias mais longos 13
- Fragmentação da oposição beneficia PAIGC 14

Portugal, Abril de 74; África do Sul, Abril de 94

EXPRESSO, 23 4 93

ANTÓNIO DE FIGUEIREDO*

A PASSAGEM do 20º aniversário do 25 de Abril pressupõe, pelo menos, já uma nova geração de adultos que não têm memórias pessoais do antigo regime. Seria, portanto, uma pena que as comemorações mais uma vez não passassem do âmbito em que «toda a política é local e actual» — isto é, um exercício de reminiscências individuais ou partidárias em que poucos fazem um esforço de objectividade que transcenda as conveniências de ocasião. Mas o facto é que um dos mais profundos significados do pronunciamento militar libertário do 25 de Abril foi que transcendeu a restauração da democracia em Portugal, fazendo com que inúmeros historiadores internacionais o reconheçam como tendo representado o fim da era do colonialismo ultramarino que os portugueses há mais de meio milénio iniciaram e o princípio do fim de três séculos e meio de supremacia colonizadora branca em África a partir da fixação dos holandeses no Cabo em 1652.

As gerações vindouras de africanos verão nestes factos uma prova de que, se os portugueses foram os primeiros europeus a chegar e a iniciar a escravatura da raça negra, também deram um decisivo contributo para o princípio do fim da supremacia branca em África que as emancipadoras eleições multirraciais na África do Sul consagram — exactamente nos dias seguintes ao da passagem do 20º aniversário do 25 de Abril. Estes factos são desde já reconhecidos unanimemente por académicos especializados na observação política da África Austral, muitos deles africanos, que analisam em ensaios como os que estão reunidos no livro «Southern Africa after the Portuguese Coup» a forma como, contrariando as teses de Kissinger sobre a inabalável realidade da supremacia branca no início da década de 1970, a retirada dos portugueses de Moçambique e Angola alterou irreversivelmente a situação estratégica, acelerando sucessivamente o processo de emancipação política na Rodésia/Zimbabwe, Sudoeste Africano/Namíbia e, finalmente, o fim do «apartheid» e o advento de uma nova democracia multirracial na África do Sul.

Paralelamente ao reconhecimento académico, a consagração popular do libertário contributo português ainda hoje se ouve na adopção da palavra portuguesa «Viva!», inicialmente como grito revolucionário da massa adepta do ANC e, mais recentemente, como saudação libertária do Partido Nacional que representa a legítima posição defensiva das minorias branca, indiana, mista e de imigrantes europeus através da qual se procura estabelecer um equilíbrio viável para a nova democracia sul-africana.

Uma espécie de mau agoiro

É um facto de todos os processos revolucionários ou de aceleração reformista que os «Viva!» tantas vezes gritados na campanha eleitoral sul-africana e que certamente de novo se farão ouvir no eventual acto de posse do previsto primeiro Presidente negro Nelson Mandela, que aquela expressão tão portuguesa soa de modo dramaticamente diferente aos ouvidos mesmo dos portugueses, conforme quem eles são e onde estão. Para a minoria mais esclarecida (que, com justificado brio patriótico e prazer humanista, concorda com o reconhecimento académico internacional ou empírico africano), o grito tem um significado positivo, pois que a tardia emancipação negra é dos factos mais notáveis que o século XX ainda pode reclamar como seu. Mas para muitos saudosistas da supremacia racial e do suposto prestígio colonial, ou para muitos colonos colhidos pelas injustiças da história que se viram espoliados dos seus haveres mais honestamente ganhos que os dos dividendos de muitas das mais respeitáveis empresas multinacionais, o «Viva!» constitui uma espécie de mau agoiro, com o risco de mais um repetido malogro de projecto de democratização em África. Há mesmo quem afirme que a África do Sul **«não é um estado viável»** por ser uma mistura de onze tribos negras e uma branca — os «boers» — sobre a qual se sobrepôs uma relativamente sofisticada governação pela minoria **«que insiste em fazer uma nação multirracial a pelo menos onze horas de voo da civilização».**

Esta arrogância eurocêntrica é, como todas as arrogâncias, não só eticamente condenável como baseada numa equívoca e superficial leitura dos factos. Os factos são que as tragédias de Angola e Moçambique — que, aliás, se devem hoje ainda mais aos erros e abusos de comissão da guerra-fria do que aos erros de omissão do colonialismo — não representam a regra geral mas as excepções. Do Zimbabwe à Namíbia, da Tanzânia ao sempre próspero Botswana, a maioria dos novos estados da África Austral tem conseguido ultrapassar o difícil período de transição sem os sangrentos e perversos conflitos que se têm seguido ao colapso de regimes de disciplina autoritária na velha Europa Oriental, como o caso da antiga Jugoslávia tão dramaticamente exemplifica.

Na Europa Ocidental, a frustração e apreensão causadas pelo declínio implícito na descolonização e a auto-absorção com o processo de integração têm contribuído para o equívoco conceito da marginalização da África que hoje muitos com depreciativo cinismo consideram como um continente de interesse exclusivo para missionários. Mas isto também se deve em grande parte ao facto de que, com a hegemonia dos meios de informação, os euro-americanos, incluindo os portugueses em questões africanas, acabam por cair num monólogo.

O fim da supremacia branca

Ainda recentemente, ao comentar que os prováveis ressentimentos dos moçambicanos e angolanos não poderiam deixar de influenciar os negros sul-africanos contra nós, o meu interlocutor, membro dirigente do ANC que conhecera em Londres nos tempos da luta comum contra o colonialismo e o «apartheid», unidos na então chamada «Unholy Alliance» entre os regimes português e sul-africano, respondeu com ironia: **«Que ressentimentos? Infelizmente, para embaraço dos que, como nós, refutávamos o conceito reaccionário de que os africanos não estavam preparados para o autogoverno, muitos dos africanos têm feito tudo para vindicar tais profecias e quase completar a proeza de reabilitar os colonialistas. O que mais se pode dizer é que o autogoverno não é uma questão apenas de competência, mas de direitos. E, por outro lado, nós sabemos que, por fim, o colonialismo português era uma 'bandeira de conveniência' para o imperialismo ocidental. Seria exigir muito que, com o vosso 25 de Abril, vocês tivessem conseguido o milagre de uma perfeita descolonização. Mas salvaram-se a vocês próprios, libertando também os africanos, o que já é um feito admirável».**

Aliás, com o entendimento pacífico que já se conseguiu em Moçambique, admite-se já a possibilidade de que também em Angola se inicie em breve a recuperação. Efectivamente, tivesse a suposta argúcia estadista de Kissinger sido confirmada, tudo indica que as guerras coloniais em três longínquas e logisticamente incomportáveis frentes de luta pela emancipação africana —, que, aliás, nos envolviam num investimento de vidas e recursos proporcionalmente muito maiores do que os dos Estados Unidos no Vietname — teriam apenas ingloriosamente adiado o desenlace.

Os pormenores da resistência democrática e anticolonialista portuguesa, sobretudo na fase que vai da tese de Humberto Delgado de que o regime só poderia ser removido por um pronunciamento militar — tese que apenas nove anos depois do seu assassínio foi confirmada pelo conspirativo arranque do MFA e o heróico acto individual de Salgueiro Maia —, já são conhecidos. E embora ainda por revelar as relações da oposição portuguesa no exílio com o movimento «anti-apartheid» estão documentadas e fazem parte das efemérides históricas que ligam a libertação portuguesa à acelaração do fim da supremacia branca.

Continua na pág. 3

Tudo a postos para o 'salto final'

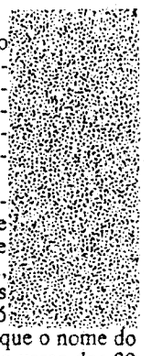
O sim do Inkatha à participação nas eleições é o «milagre» que faltava para salvar a África do Sul da guerra civil e de uma democracia «coxa»

DAVID BERESFORD
correspondente em Joanesburgo

EXPRESSO, 23 4 93

NA SOCIEDADE profundamente religiosa que é a sul-africana, têm sido realizadas acções de graça pelo que é considerado um «milagre» de salvação da ameaça de guerra civil. O acordo de última hora entre Nelson Mandela, o Presidente De Klerk e o chefe Mangosuthu Buthelezi para a participação do Inkatha nas eleições da próxima semana foi encarado como o salto final sobre a derradeira barreira da longa estrada que leva ao governo da maioria.

Para além das esperanças de que o acordo afaste a ameaça de guerra de secessão na importante província do Kwazulu-Natal, esta evolução parece ter constituído igualmente uma machadada final no moral dos extremistas de direita.



A aliança conservadora, Volksfront — ao ver o seu único aliado na maioria negra sul-africana capitular perante as eleições —, tentou seguir-lhe as pisadas, apenas para se ver rejeitada tanto pelo Governo sul-africano como pelo ANC.

Mas o recuo foi uma experiência humilhante para o chefe Buthelezi. Segundo uma fonte próxima da cimeira tripartida, os negociadores governamentais fizeram o chefe zulu lamber o pó da humilhação ao dizerem-lhe que o nome do Inkatha teria de ser colocado no verso dos 80 milhões de boletins de voto já impressos.

Buthelezi teve ainda que ouvir o seu arquirival, Mandela, argumentar a seu favor, dizendo que seria injusto o Inkatha não ficar nos boletins juntamente com os outros 18 partidos que concorrem às eleições (ver, nesta página, **«30 partidos para mudar a África do Sul»**).

Mas o sentimento de júbilo no resto do país foi evidente. **«Temos um Deus dado a surpresas, que faz milagres a toda a hora»**, declarou o arcebisbo Desmond Tutu, laureado com o Prémio Nobel da Paz, no momento em que as cotações subiam na Bolsa de Joanesburgo e a moeda recuperava de um recente mergulho no fosso político.

Jogos de concessões

O que está por detrás do «milagre» continua a ser motivo de especulação, centrada em especial na possibilidade de o chefe zulu ter sido ameaçado com uma rebelião por parte do seu monarca, o rei Goodwill Zwelithini.

As concessões que tinham sido previamente feitas por Mandela e De Klerk à monarquia teriam concedido ao reino zulu um estatuto superior ao que alguma vez teve desde o século XVIII, e o domínio sobre a governação do império tribal. A teimosia do chefe Buthelezi, pelo contrário, ameaçava deixar o monarca Zwelithini com um reino de cinzas.

Na realidade, os compromissos constitucionais assumidos esta semana pelo Presidente e por Mandela foram bastante mais vagos do que os oferecidos na cimeira de há dez dias, quando prometeram concessões ao rei que dariam à monarquia zulu o mesmo estatuto da rainha Isabel II do Reino Unido.

A força do sentimento favorável à participação do chefe Buthelezi, na sua própria terra, reflectiu-se em cenas de delírio na capital do Kwazulu, em Ulundi. Elementos do Parlamento Kwazulu levantaram-se para se cumprimentarem mutuamente, enquanto lá fora os motoristas buzinavam e os transeuntes dançavam na rua.

O próprio Buthelezi atribuiu o «milagre» à intervenção divina, sob a forma de um majestoso queniano, o professor Washington Jalango Okumu, que se deslocara na semana anterior à África do Sul com Henry Kissinger e Lord Carrington, no âmbito de um esforço de mediação internacional.

Trabalhar na sombra

Quando a iniciativa de Kissinger fracassou, o professor Okumu perseverou. Segundo o relato de Buthelezi, encontrou-se com o queniano depois de um motor do avião em que viajava ter avariado e ele ser obrigado a regressar ao aeroporto de Joanesburgo. Reuniram-se no aeroporto, e Okumu convenceu o chefe zulu de que ainda era possível mais uma tentativa de acordo, lançando-se numa actividade de diplomacia pessoal para reunir as duas partes.

O elemento religioso desta história «miraculosa» é mais amplo do que foi publicamente divulgado. O EXPRESSO apurou que Okumu foi, na realidade, enviado à África do Sul por um grupo secreto de professores da cidade universitária inglesa de Cambridge, denominado «Iniciativa Newick Park». O grupo, criado pelo Centro Jubileu — uma organização cristã de estudos económicos e sociais que fez campanha, entre outras coisas, para manter as lojas inglesas encerradas ao domingo — há vários anos que vem trabalhando discretamente nos bastidores para facilitar um acordo na África do Sul.

Okumo é coordenador da «Iniciativa Newick Park», cuja designação provém do nome de um solar onde o grupo se reúne. Mas como chegou ali continua a ser mistério. O professor tem dito aos jornais sul-africanos que foi um protegido de Kissinger em Harvard, que é licenciado pela Universidade de Cambridge e que leccionou economia na Universidade de Viena.

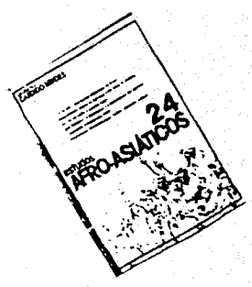
Segundo investigações conduzidas pelo EXPRESSO, estudou economia em Harvard, matriculou-se em Cambridge mas não conseguiu concluir o curso e não [illegible]onhecido na Universidade de Viena. Mas t[illegible]alhou na Organização para o Desenvolvimento Industrial da ONU (UNIDO), com sede em Viena, donde saiu em meados dos anos 80 por razões desconhecidas. **«Só posso adiantar que deixou prematuramente a UNIDO, se assim se pode dizer»**, esclareceu uma fonte da agência da ONU.

Continuação da pág. 2

Portugal, Abril de 74 África do Sul, Abril de 94

Ainda que respeitando as emoções dos que, virados apenas para o passado, querem que Portugal assuma as suas responsabilidades históricas e a memória daqueles que o regime de Salazar/Caetano mandou matar e morrer, permita-se-me que, para além das conveniências interpartidárias de momento, eu lembre também o dever de assumir o contributo que demos à emancipação da África Austral e ao projecto de uma mais justa e prospectiva democracia multirracial na África do Sul. O espírito libertário dos «vivas!» com que se comemora a passagem do vigésimo aniversário do 25 de Abril de 1974 em Portugal ainda ecoará nas bocas dos milhões de sul-africanos que no dia das eleições, em 26 de Abril próximo, saudarão o longamente ansiado advento da democracia. E, quanto a mim, isto não significa apenas o fim da supremacia branca, mas, mais positivamente, o princípio do fim da marginalização da África, até porque a contínua interdependência com a Europa adquirirá novo ímpeto, face à concorrência de outros blocos das Américas à Ásia em evidente expansão, mas numa base de associação, e não apenas de sujeição.

**Jornalista e historiador*



SE a transição do regime de domínio da minoria branca sul-africana para um regime multirracial decorrer segundo o calendário previamente estabelecido, serão as seguintes as etapas do processo:

26 ABRIL
Votação especial: idosos, deficientes, grávidas, etc.

27 ABRIL
Um minuto depois da meia-noite, a antiga África do Sul cede lugar à «nova África do Sul»; entra em vigor a Constituição provisória (aprovada a 22 de Dezembro de 1993). A antiga bandeira sul-africana, símbolo do «apartheid» desde 1948, será arriada, cedendo o lugar à nova bandeira. Primeiro dia de votação normal.

28 ABRIL
Segundo e último dia de votação normal. Votam também os sul-africanos no exílio.

29 ABRIL
Contagem dos votos; os resultados serão anunciados em «lotes» de três mil.

30 ABRIL (19h)/8 MAIO (19h)
Se a Comissão Eleitoral Independente considerar que as eleições se realizaram de um modo livre e justo, os resultados des[illegible]rimeiro escrutínio multirracial terão que ser [illegible]nciados dentro deste período.

5 MAIO
Eleição dos governadores em nove capitais provinciais.

6 MAIO
Eleição presidencial na Cidade do Cabo.

10 MAIO
Primeiro discurso do novo Presidente.

MAIO 1996
Prazo-limite para a aprovação, por uma maioria de dois terços, do texto final da Constituição pela Assembleia Constituinte (sessão conjunta da Assembleia Nacional e do Senado).

27 ABRIL 1999
Expira o acordo de partilha do poder durante o período de cinco anos estabelecido entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Partido Nacional.

30 partidos para mudar a África do Sul

EXPRESSO, 23 4 93

AS ELEIÇÕES sul-africanas estão a ser disputadas por 30 partidos políticos, 19 dos quais a nível nacional. Vão desde o partido SOCCER (Sports Organization for Collective Contributions and Equal Rights), que reivindica a legalização da marijuana, ao KISS (Keep It Straight and Simple), que faz a sua campanha sob o slogan: «Os impostos são roubo organizado». Os partidos mais importantes são os seguintes:

ANC

O AFRICAN National Congress (ANC, Congresso Nacional Africano), de Nelson Mandela, o movimento de libertação mais antigo da África, veio também a ser o menos bem sucedido no que respeita ao tempo que levou para chegar ao poder. Resolutamente não racial, com grande número de personalidades brancas entre os seus quadros dirigentes, contribuiu de forma decisiva para evitar uma guerra racial na África do Sul. A sua auréola de idealismo foi contudo bastante manchada, após a sua legalização em 1990, pelas revelações sobre a prática de torturas e alegados assassínios nos seus campos de detenção, durante o período de exílio. O programa de campanha do ANC foi elaborado com a ajuda e os conselhos de estudiosos e consultores do mundo inteiro, dando origem a propostas minuciosas e fundamentadas para o relançamento da economia e a correcção das injustiças do «apartheid» sobre a população negra. Mas o vasto apoio de que desfruta tem por base uma ideia generalizada do ANC como o «partido da libertação».

NP

O NATIONAL Party (NP, Partido Nacional), de Frederik W. de Klerk, é o partido do nacionalismo africânder chegado ao poder em 1948, que pôs em vigor as leis racistas que viriam a ser conhecidas no seu conjunto como «apartheid». As contradições inerentes ao «desenvolvimento separado» — essencialmente a decisiva interdependência das raças — conduziram ao colapso da ideologia e aos movimentos de «reforma», que se iniciaram na década de 70 e estiveram na origem da decisão de De Klerk de não impedir a legalização do ANC e permitir a libertação de Nelson Mandela em 1990. É provável que seja o segundo partido mais votado, o que se deve também ao largo apoio de que dispõe entre mestiços e indianos, que — apesar de sofrerem durante os anos de «apartheid» por serem «não-brancos» — aparentemente consideram os nacionalistas boers como a única protecção contra a «maré negra» do regime de maioria. O programa eleitoral do partido tira grande proveito do sentimento de medo: medo de que o ANC se deixe manipular pelos comunistas, medo de expropriações, nacionalizações e outras políticas populistas que, segundo garantem, poderiam destruir a economia sul-africana.

INKATHA

O INKATHA Freedom Party (Inkatha Partido da Liberdade), formado em 1975 como uma organização «cultural» zulu, tirou o nome de um ornamento em espiral que é usado na cabeça pelos homens da tribo e que representa a unidade zulu. Tendo passado à clandestinidade juntamente com o ANC, uma divisão cavou-se entre as duas organizações em 1979 que se traduziria numa oposição violenta. Hoje é visto como o instrumento pessoal para as ambições políticas do seu fundador e presidente, o chefe Mangosuthu Buthelezi. Afirma ter cerca de dois milhões de filiados, mas, segundo se diz, a entrada para o partido está ligada a regalias e a empregos públicos. Duvida-se que o Inkatha consiga a maioria no seu próprio bantustão, o Kwazulu, ainda menos a conseguirá na região do Kwazulu-Natal.

DP

O DEMOCRATIC Party (Partido Democrático, DP) é a formação política dos liberais da África do Sul, descendentes do Partido Progressista, que se tornou famoso graças ao seu único deputado, uma mulher de nome Helen Suzman, que durante os anos mais negros do «apartheid» conduziu uma luta corajosa e solitária contra o Governo nacionalista. Depois de um quase renascimento na década de 80, receia-se que o apoio de que usufrui entre os brancos — cerca de 20 por cento dessa comunidade — possa desaparecer com uma adesão generalizada ao Partido Nacional, motivada pelo medo face ao esperado triunfo do ANC.

VF-FF

O VRYHEIDSFRONT-Freedom Front (Frente da Liberdade, VF-FF) é uma facção que se separou do Afrikaner Volksfront, a aliança de organizações da extrema-direita que exige a criação de um «bantustão» branco ou afrikaner. A Frente de Liberdade é a força representativa daqueles direitistas que acreditam que a melhor maneira de lutar por um «volkstaat» é participar nas eleições. O principal trunfo da Freedom Front é o seu líder, o general Constand Viljoen, que era, antes de passar à reserva, o comandante supremo dos militares sul-africanos. Conhecido nos círculos militares como o «Rommel do subcontinente», dispõe de grande apoio pessoal entre os conservadores afrikaners, embora os extremistas o tenham acusado de «traidor» devido à sua participação nas eleições. A fraqueza fundamental da causa do «volkstaat» reside no facto de nunca terem conseguido apresentar um projecto viável indicando onde se poderia situar um bantustão branco.

PAC

O PAN Africanist Congress of Azania (Congresso Pan-Africanista da Azânia, PAC) é há muito tempo o principal rival do ANC, embora se trate de um fraco rival. Foi fundado em 1959 por uma facção liderada por Robert Sobukwe, que se separou do ANC alegando que era notório o domínio de brancos e indianos na organização.

MANDELA

NELSON Mandela, «o Libertador». As eleições irão coroar uma das vidas mais extraordinárias do século XX, quando Mandela, acompanhado pela população negra da África do Sul, lançar pela primeira vez o seu voto na urna eleitoral. Uma lenda viva, a questão que agora se coloca é saber até que ponto as lendas conseguem governar bem.

Apesar da opção do ANC pelo socialismo, pensa-se que existe um toque de conservadorismo no pensamento político de Mandela. Nascido na casa real do povo Themba, no Cabo Leste, há algo do aristocrata tribal em Mandela que, combinado com a firmeza que lhe é reconhecida, produz uma personalidade um tanto autocrática. Mandela ficou sem pai quando tinha apenas dez anos e foi educado pelo chefe máximo da tribo. Mas acabou por se rebelar contra a autoridade do pai adoptivo: ao ser presenteado com uma noiva escolhida segundo a tradição tribal do casamento por conveniência, fugiu para Joanesburgo a fim de o evitar.

Não apenas para os outros mas também para consigo próprio, Mandela foi sempre um disciplinador. Na juventude foi um entusiasta praticante de boxe, continuando quase religiosamente a treinar durante os anos de cárcere. Depois de ser libertado, habituou-se a correr todas as manhãs, prática que teve de abandonar por razões de segurança. Hoje, continua, aos 75 anos, a exercitar-se diariamente numa bicicleta de ginástica, às primeiras horas da madrugada.

Como presidente do ANC, Mandela encontra-se rodeado de personalidades influentes — como o antigo líder dos mineiros, Cyril Ramaphosa, e o chefe do Partido Comunista, Joe Slovo — mas são poucos os que se dispõem a correr o risco de lhe desagradar.

Continua na pág. 5

Os desafios do futuro

OS VETERANOS de África costumam dizer que, quando os ventos de libertação sopram num país, os melhores investimentos a fazer são em fábricas de cerveja e em terrenos. As acções das cervejeiras sul-africanas têm uma alta cotação na Bolsa de Valores de Joanesburgo. E 150 mil randes darão ao investidor uma base confortável na capital comercial para a compra de uma óptima casa nas zonas residenciais arborizadas do norte da cidade, com quatro ou cinco assoalhadas, piscina e campo de ténis.

As pessoas que visitam a África do Sul partem, em geral, com um desejo, estampado na cara, de ficar; parece-lhes que deixam um paraíso terreno, pelo menos aqueles que têm níveis de vida europeus. Mas é só até ouvirem as histórias de terror e massacres.

Um dos factores cruciais para o futuro da África do Sul será a entrada de investimentos estrangeiros. Mas será prudente para os estrangeiros pôr os seus bens e as suas vidas na «nova África do Sul»? Ao olharmos para uma bola de cristal enevoada só é possível encorajarmos a isso aqueles que tenham nervos bem controlados.

A ameaça de guerra civil, embora ainda não tenha desaparecido do horizonte, está a diminuir de dia para dia. Mas é inevitável a continuação da violência. O acordo entre o ANC e De Klerk, estabelecendo um «Governo de unidade nacional» para os primeiros cinco anos, poderá dar aos novos dirigentes coragem para impor a ordem pública, tal como é desejado pela maioria dos habitantes.

Mas a polarização tribal é um preço que o país tem de pagar, pois é provável que a luta pelo poder que se instalou entre o Inkatha e o ANC continue. Por outro lado, a violência decorrente dos crimes comuns está em grande parte ligada à miséria social e, com quase metade da população negra desempregada, é um problema a longo prazo.

A violência política e étnica está circunscrita, em grande parte, às cidades-satélite e às zonas rurais e como tal é provável que tenha pouco impacto nos recém-chegados à África do Sul.

Mas a violência criminal é uma ameaça sempre presente. Os hotéis da baixa de Joanesburgo põem guarda armada à disposição dos clientes que queiram ir às compras. Um carro luxuoso torna-se num convite a um assalto à mão armada. A pele mais escura também não garante protecção: muitos elementos do ANC já foram vítimas de vigaristas e ladrões.

Os criminosos actuam com uma crueldade que é difícil de entender: recentemente, um dos principais negociadores do acordo constitucional em nome do Partido Comunista, Essop Pehad, foi gravemente ferido por um grupo de assaltantes. Fez depois uma descrição terrível da forma como — estando ele imobilizado pelo resto do grupo e sem poder resistir — um dos atacantes esteve, com toda a calma, a calcular o ponto em que devia enterrar a faca no peito para lhe arrancar o coração.

Para assustar os investidores existem, claro, outras formas de agressão menos violentas, tais como as nacionalizações, os impostos sobre os rendimentos e os controlos cambiais.

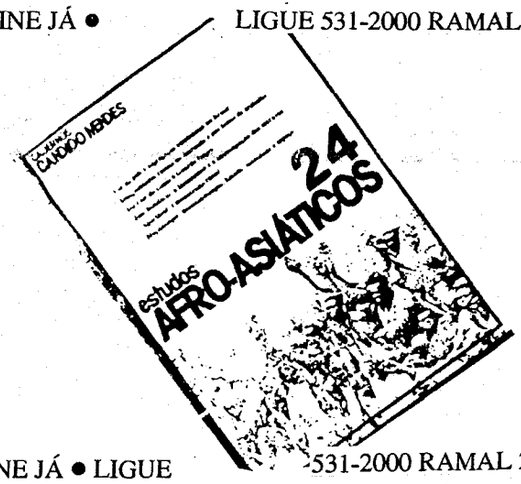
O ANC parece estar a curvar-se zelosamente, se não entusiasticamente, aos princípios capitalistas e a Constituição impedirá que os abandone durante pelo menos os cinco anos de partilha de poder obrigatória. É também provável que a necessidade de investimento desencoraje medidas radicais que visam uma redistribuição da propriedade.

Ao mesmo tempo, o controlo cambial através do sistema monetário bipolar deverá perdurar no futuro e quase seguramente que será introduzido um qualquer imposto sobre capitais ou altos rendimentos para financiar a reconstrução social necessária para transformar a África do Sul num país em que valha a pena viver.

D.B.

TENSÃO SOBE NA ÁFRICA DO SUL — Uma multidão enfurecida matou ontem dois partidários do Congresso Nacional Africano (ANC) que distribuíam propaganda eleitoral em Ulundi, capital do Kwazuku, terra natal do líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi. O Inkatha acusou os militantes do ANC de terem provocado a multidão, abrindo fogo. As mortes fizeram aumentar a tensão a três dias das eleições multirraciais, que começam terça-feira, para pôr fim a três séculos de domínio branco na África do Sul. No sábado, o líder do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB, brancos neonazis), Eugene Terre Blanche, pediu aos seus seguidores que "preparem as armas" para "uma revolução". Mas o Presidente Frederick de Klerk, prometeu ontem, num comício na Cidade do Cabo, que os sul-africanos "nunca mais sofrerão a discriminação racial". E no Soweto, perante 60 mil apoiantes, o presidente do ANC e futuro chefe de Estado, Nelson Mandela, declarou que "depois de tantos anos, a luta compensou", porque o seu movimento "está seguro da vitoria"

ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259



ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Continuação da pág. 4

30 partidos para mudar a África do Sul

DE KLERK

A.P.

FREDERIK WILHELM DE KLERK. O título de «libertador» é um dos que o Presidente cessante da África do Sul quererá disputar com Mandela; até agora, e no que diz respeito ao líder do Partido Nacional, ele é sem dúvida a pessoa a quem a África do Sul negra tem de agradecer pela sua «libertação». É uma afirmação bizarra, mas baseia-se num argumento difícil de refutar: que a capitulação do poder branco foi voluntária, não o resultado de uma «vitória» do ANC.

A verdadeira razão que levou De Klerk a dar um passo tão crucial em Fevereiro de 1990 é ainda motivo de conjecturas em todo o país. Mas a resposta poderá ter a ver com a religião. Filho de um antigo ministro, responsável pela introdução de aspectos tão iníquos do «apartheid» como a legislação sobre Casamentos Mistos e Imoralidade — classificando como crime o casamento e as relações sexuais interraciais — De Klerk nasceu numa pequena igreja africâner designada «Gereformeerde Kerk». De uma rigidez calvinista e de carácter fundamentalista, diz-se em africâner que esta igreja é «konsekwent»: tendo feito uma avaliação de ordem moral, os fiéis ficam presos da sua lógica até às últimas consequências. E aparentemente foi esta característica a responsável pela extraordinária conversão de De Klerk. Depois de concluir que era necessário introduzir reformas, foi levado pela lógica a passar de um projecto inicial de conceder apenas a partilha do poder à maioria negra até à submissão final a um regime de maioria. As eleições tornarão claro se a população negra está disposta a reconhecer a De Klerk o seu papel «libertador». Todos os indicadores são de que apenas verão nele o líder do partido que os oprimiu.

BUTHELEZI

MANGOSUTHU BUTHELEZI. O presidente do Partido da Liberdade Inkatha é outro dos dirigentes sul-africanos cuja personalidade política se desenvolveu num meio aristocrático. Nascido em 1928, bisneto do último dos «grandes» monarcas zulus, Cetshwayo, herdou a chefia da tribo Buthelezi, cujos líderes são por tradição os principais conselheiros do rei. Buthelezi tem um enorme orgulho na sua linhagem, tendo-se uma vez referido a Shaka, um dos seus antepassados e fundador da nação zulu, como sendo «virtualmente um milagre humano com pernas» e «um filho de África sem paralelo nos anais da história». Nos últimos anos, serviu-se dessa linhagem para reforçar a sua legitimidade política, já que aparentemente perdeu a sua base popular. Buthelezi fundou o Inkatha em 1975, como «um movimento de libertação nacional», com o apoio e o encorajamento do ANC. Nessa altura era considerado, segundo sondagens de opinião entre os negros, como o seu líder mais popular, mesmo incluindo Nelson Mandela. Mas foi também nesta altura que o ANC, preocupado com o facto de estar a perder o domínio sobre Buthelezi, o tentou controlar. O resultado foi uma ruptura entre os dois lados, que se viria a intensificar com o passar dos anos. Cada vez mais obcecado com eventuais ameaças do ANC à sua vida (algumas das quais poderão ter sido reais), e sofrendo uma perda contínua de apoiantes de base no Natal, o chefe repetia que a sua organização era representativa do povo zulu — o maior grupo tribal da África do Sul. A sua decisão repentina de participar nas eleições sul-africanas constitui um teste a essa sua afirmação. Segundo dizem muitos comentadores, poderá ser um teste que levará à humilhação de um chefe zulu.

Inkatha desfila tranquilamente pelas ruas de Durban

Buthelezi, o "rei da controvérsia"

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Durban

A África do Sul está a viver o seu fim de semana mais tranquilo dos últimos meses, mas o imprevisível Buthelezi ainda não deixou de fazer declarações controversas, como se desejasse aparecer todos os dias em destaque na imprensa. Agora diz que não aceita participar num Governo de Unidade Nacional, apesar de ir às eleições.

Na maior das calmas, dezenas de milhares de simpatizantes do Partido Inkatha desfilaram ontem por algumas das ruas do centro de Durban, para depois se concentrarem no estádio municipal de Curries Fountain, onde o seu líder lhes iria falar e dar as últimas instruções para o acto eleitoral destas semanas.

Na véspera, e escassos dias depois de ter aceite participar finalmente nas eleições que vão transformar por completo a vida da África do Sul, Mangosuthu Buthelezi, um homem de 65 anos a quem chamam "o rei da controvérsia", disse que não irá de forma alguma participar num Governo de Unidade Nacional, mesmo que consiga votos suficientes para isso.

Desde 1953 chefe do clã Buthelezi, e desde 1970 primeiro-ministro do bantustão Kwazulu, este político anti-comunista parece não se conformar agora com o facto de ter de deixar o último cargo e de lhe haver fugido a hipótese de vir a ser o primeiro Presidente negro do país. De modo que afirma que o Presidente De Klerk e o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, são "irmãos no crime político".

"A nossa luta pela liberdade acaba de começar", disse Mangosuthu Buthelezi, levantando assim o espectro de novos actos de violência após a divulgação dos resultados das eleições gerais que se efectuam de 26 a 28 deste mês, e que em conjunto deverão dar ao ANC e ao Partido Nacional cerca de três quartos dos lugares da Assembleia Nacional.

Possível Volkstaat

Ontem de manhã, em Pretória, o Governo e o ANC assinaram com a Frente da Liberdade, de Constand Viljoen e de mais 48 generais boers, um acordo segundo o qual se poderá estudar a eventual formação de um Estado de raiz essencialmente africaner se aquela formação da extrema direita conseguir um número substancial de votos nas eleições desta semana.

É de admitir que se a Frente conseguir cinco por cento dos votos a nível nacional, e que se em alguma das províncias ficar substancialmente acima disso se possa estudar a hipótese de o Volkstaat ser mesmo no território essa província onde os radicais africaners se apresentem mais fortes.

Aplacar as iras dos grupos minoritários é uma das grandes preocupações de quem vai assumir na segunda semana de Maio o Governo da África do Sul, para que a economia do país recupere de uma longa depressão e possa enfim receber grandes injecções de capital, que só serão dadas se a situação se apresentar estável.

Quem não parece estar de forma alguma com dificuldades financeiras é o Inkatha, que inunda os jornais do Natal com consecutivos anúncios de página inteira, nos quais acusa de Klerk de ter feito hastear no país a bandeira do comunismo, defende o federalismo e o livre empreendimento.

O partido de Buthelezi alugou ontem largas dezenas de autocarros para trazer ao comício de Durban populações rurais vindas de zonas a 30 e mais quilómetros da cidade, mas isso não alterou grandemente a vida da mesma, tendo-se mantido o intenso movimento comercial que aos sábados se verifica na West e noutras ruas do centro.

Apesar de tudo, de toda a emoção dos últimos meses e de umas quantas centenas de vítimas, a vida corre tranquila, se bem que algo tensa, na maior parte da África do Sul. E quem ontem à tarde ligasse os vários canais de televisão o que via era hipismo, canoagem, atletismo ou os jogos de futebol da Liga Inglesa, com a rádio também a dar as últimas jogadas do Chelsea, do Southampton e do Shefield Wednesday.

Desdramatizar a situação

Numa bela jornada de sol, que já brilhava às sete da manhã e só começou a pôr-se pelas 17h30, os adolescentes foram até às praias de Durban com as suas pranchas de surf, os mercados estiveram a abarrotar e os jardins tropicais em volta da Câmara Municipal encheram-se de pessoas bem vestidas.

Entre elas, cidadãos de capas negras e de barrete quadrangular, tendo na mão o canudo de qualquer licenciatura que acabavam de obter. Acaloradas decerto com o peso de tais trajos tradicionais importados das universidades britânicas, algumas das novas doutoras negras sentavam-se nos bancos do jardim e tratavam de descalçar os sapatos, enquanto trincavam tremoços ou qualquer coisa assim parecida.

Lá mais adiante, um prédio amarelo, de dois pisos, com largas faixas horizontais em verde e vermelho. Era um restaurante português, com certeza. O Caçador, cuja proprietária é associada de um compatriota que não muito longe possui O Pescador. A sua cozinha foi vivamente recomendada por Bophal, um dos muitos taxistas indianos que existem na cidade, onde os seus antepassados se fixaram há perto de um século. ■

PÚBLICO, 24 4 94

Dirigente comunista sul-africano em entrevista ao PÚBLICO

PÚBLICO, 24 4 94

Nomenklatura do Leste ignorou o povo

O SECRETÁRIO-GERAL do Partido Comunista Sul-Africano na região do Natal, Dennis Nkosi, de 30 anos, declarou ontem ao PÚBLICO, em Durban, que a principal razão para a derrota dos regimes marxistas no Leste europeu foi o facto de não haverem "trabalhado intimamente com o povo" e de se terem tornado antidemocráticos. "Os seus dirigentes tinham estilos de vida muito diferentes dos da população em geral. Não eram solidários, não compartilhavam as dificuldades dos seus compatriotas", disse Nkossi, segundo o qual isto se notou tanto na União Soviética como na RDA e se verifica até mesmo na China. Para ele, só Cuba é que teria escapado um bocado a essa tendência, pois que "até os altos quadros do Partido "andam de bicicleta".

Na sua lógica, "não houve portanto uma derrota do comunismo" e a ideia permanece hoje em dia válida, pelo que o Partido Comunista Sul Africano se "orgulha de ter participado afincadamente na luta de libertação, desde os anos 20, pois o apartheid era tão horroroso quanto o fascismo".

Explicou assim as razões históricas da ligação do PC ao Congresso Nacional Africano (ANC) e disse que esta associação deve continuar durante os anos mais próximos, para ajudar a resolver os problemas da África do Sul, por meio de uma transformação económica, que passa pela reconstrução e pelo desenvolvimento.

O jovem Nkosi, que deu a entrevista durante uma viagem de automóvel pelas ruas da cidade e a terminou na sua casa relativamente modesta, como que para demonstrar que vive mesmo inserido no meio do povo, disse que o PC sul-africano tem presentemente 60 mil militantes, mas apenas 16 na lista de 200 candidatos do ANC à Assembleia Nacional.

Continua na pág. 7

Fim da campanha eleitoral na África do Sul assinalada à bomba

PÚBLICO, 25 4.94

O receio das minorias

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Durban

As diversas minorias sul-africanas, incluindo os indianos e os mestiços, estão assustadas com a possibilidade de os novos tempos não lhes serem muito mais favoráveis do que os anteriores. Nas igrejas, em todos os credos, reza-se para que a violência não tome conta do país. Mas, a bomba que ontem provocou nove mortos em Joanesburgo é um sinal inquietante.

Enquanto o líder do ANC, Nelson Mandela, ia ontem à noite ao encontro do Presidente De Klerk, para uma reunião especial na sequência da acção bombista que vitimou nove pessoas em Joanesburgo, as minorias sul-africanas continuam assustadas com o rumo que as coisas estão a tomar.

Muitos indianos da província do Kwazulu-Natal têm estado a receber estranhas cartas em que lhes oferecem 12 cêntimos pelas lojas, casas e automóveis, dizendo que o resto será pago com "uma AK-47", o que parece aumentar o receio de que as próximas semanas tragam mais complicações.

Crê-se que as ameaças são obra da extrema-direita branca, pois ocorreram essencialmente numa zona onde é conhecida a actividade da Frente Popular Africaner. Mas, mesmo assim, um taxista indiano disse ao PÚBLICO, em Durban, que "o homem branco é um autêntico Deus" e que, se os seus antepassados não tivessem vindo para a África do Sul, estaria hoje muito provavelmente a morrer à fome, nessa Índia que nunca viu.

Por toda a cidade de Durban encontrámos os "indianos", tanto cristãos como muçulmanos, que não mantêm actualmente qualquer ligação com a Índia ou com o Paquistão, sendo meros descendentes dos trabalhadores que os ingleses para aqui trouxeram nas últimas décadas do século passado. E as simpatias dessa gente divide-se por diversos partidos, mas tendem muito mais a alinhar com o Partido Nacional que com o ANC.

Muçulmanos pluralistas

Em todas as igrejas cristãs da África do Sul se rezou ontem muito, como nunca, pois todos temem que as eleições possam não correr bem, apesar da calma tensa que, durante os últimos dias, se tem verificado pelo país fora, apenas com alguns actos de excepção, como o atentado de Joanesburgo.

Sintoma da violência habitual, vingança dos acontecimentos de 28 de Março ou sinal de partida para uma onda de instabilidade sem precedentes, um carro armadilhado explodiu ontem, em Joanesburgo, à porta da sede regional do ANC: nove mortos, incluindo um candidato da organização às eleições, e uma centena de feridos.

A explosão abanou edifícios situados a cerca de um quilómetro e deixou um cenário de destruição: carros destruídos, janelas estilhaçadas nos edifícios próximos e grades de protecção atiradas para dentro da sede do ANC, entretanto pasto de chamas. Um porta-voz da polícia, citado pela Reuter, calculou a carga da bomba entre 80 a 90 quilos de dinamite, colocada dentro ou debaixo do carro, mas recusou especular sobre a autoria do atentado.

Fontes do ANC e do PAC (Congresso Pan-Africano, radical, que também tem ali as suas instalações) concordaram em que o objectivo foi desmobilizar os eleitores na véspera do primeiro sufrágio livre em 342 anos de história da África do Sul. "Estou convencido de que foi um ataque directo à democracia e às eleições. Espero que as pessoas não se deixem intimidar com isto e que acorram às urnas para votar", disse o porta-voz do ANC, Carl Niehaus. "É claramente uma forma de assustar as pessoas na véspera da ida às urnas", disse, por sua vez, o secretário-geral do PAC, Benny Alexander.

Um porta-voz do PAC disse ter recebido, pouco antes da explosão, um telefonema hostil, de alguém falando em africaner (o idioma utilizado pela maioria dos brancos conservadores sul-africanos), avisando-o de que iria deflagrar uma bomba. O rebentamento só não causou mais vítimas, segundo uma fonte da organização de Nelson Mandela, por o condutor ter certamente contado com as medidas excepcionais de segurança tomadas pelo ANC desde os trágicos acontecimentos que marcaram a manifestação do Partido da Liberdade Inkatha (de base zulu) há cerca de um mês. A Reuter recordou, entretanto, que a polícia relacionou a extrema-direita branca ao atentado à bomba e ao ataque à sede da Comissão Eleitoral Independente, na semana passada.

Já na sexta-feira, aliás, se orara pelo mesmo objectivo na mesquita de Durban, a maior do hemisfério sul; e se distribuíra pela comunidade islâmica um número especial do boletim "Muslim Today", onde se diz que os muçulmanos sul-africanos são pluralistas, com liberdade de consciência para escolher.

Muito longe dos fundamentalismos de uma Argélia ou de um Egipto, os muçulmanos sul-africanos, que não chegam a ser muitas centenas de milhares, afirmam que se deverá ir às urnas no dia das eleições e entregar o voto, como um primeiro passo para construir uma sociedade democrática. Por quem votar já é uma questão de consciência pessoal.

Quanto aos judeus, que têm grande importância no mundo empresarial sul-africano, estando normalmente associados a empresas como a AngloAmerican e a De Beers, afirma-se que têm estado a levar bastante dinheiro para fora, não vá o diabo tecê-las. E muitos brancos de várias confissões religiosas andam bastante nervosos, pois teme-se que as coisas possam não correr muito bem, apesar de todas as orações que vão sendo feitas. ■

Continuação da pág. 6

Nomenklatura do Leste ignorou o povo

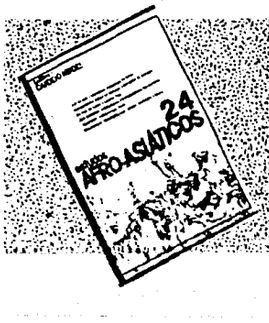
Inscrição não renovada

Perante as afirmações feitas por outras forças de que os comunistas constituem quase metade das listas do ANC para as eleições nacionais e regionais, esclareceu que "alguns antigos militantes não renovaram a sua inscrição e continuam a ser contados como comunistas pelo Partido Nacional".

Dennis Nkossi, licenciado em Ciências Políticas pela Universidade de Durban, disse-nos que gostaria muito se as listas encabeçadas por Nelson Mandela conseguissem dois terços dos votos, mas achou um pouco mais realista qualquer numero à volta dos 54 por cento, indo perto de um quarto do eleitorado para o partido de Frederik de Klerk e cinco a 10 por cento para o Inkatha.

Manifestou desde já o receio que o grupo de Buthelezi não aceite os resultados, os quais, mesmo na província do KwazuluNatal, que tem sido o seu bastião, podem não ir muito acima dos 20 por cento. Anunciou que Mandela fará hoje em Durban "a mãe de todos os comícios" e que depois virá votar precisamente ao Natal, para demonstrar que todas as forças se podem movimentar livremente nesta zona e que a mesma não é de modo algum uma coutada do Inkatha.

Entre as prioridades do próximo regime sul-africano, citou a criação de novos postos de trabalho, a construção de casas e a melhoria dos sistemas de educação e da saúde, com o pormenor de que só à volta de Durban há hoje em dia um milhão de pessoas a viver em barracas, sem redes de água e de electricidade. ■ **J.H.**



LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ ●

A tribo branca passa o poder

PÚBLICO, 26 4 94

Do nosso enviado
Jorge Heitor
na Cidade do Cabo

Os sul-africanos, todos os sul-africanos, começam hoje a votar para decidir o futuro, findo o domínio de séculos da "tribo branca". A última sessão do parlamento branco fez cair o pano sobre 40 anos de "apartheid". Apesar da calma quase generalizada, uma vaga de atentados bombistas mostra como o futuro esconde todos os perigos.

As primeiras eleições multirraciais sul-africanas arrancam hoje, o primeiro de três dias dramáticos em que quatro décadas de regime de "apartheid" e séculos do poder branco ficarão finalmente sepultados.

Mas parte da "tribo branca" tem relutância em abandonar o poder à maioria negra. Prova disso é o recrudescimento da actividade bombista, aparentemente da extrema-direita, como a que nos últimos dois dias abalou Joanesburgo (**ver outro texto nestas páginas**). Mas esta não deverá, segundo os analistas, ter para já outra consequência que não seja aumentar o número previsto de abstenções.

O propósito de incutir medo poderá ser parcialmente atingido, mas muito provavelmente as explosões farão crescer a tendência para que o eleitorado privilegie uma solução de governo forte e aposte nos principais partidos, o Congresso Nacional Africano, de Nelson Mandela, e o Partido Nacional, do Presidente F. W. de Klerk.

Depositados os votos e apurados os resultados, no próximo fim-de-semana, coloca-se a grande questão: a seguir, o quê? Ou seja: os resultados serão aceites por todos de acordo com as regras do jogo democrático, ou haverá reacções violentas?

Ao ANC e aos seus "compagnons de route" estão certamente reservados os cânticos de vitória, mas a tremenda desilusão possível das bases do Inkatha e o desespero da extrema-direita branca poderão muito bem manchar essa alegria. Do mesmo modo que os excessos do grupo maioritário também poderão causar numerosos problemas.

O chefe Mangosuthu Buthelezi, do Inkatha, já disse que o seu partido não aceita ficar representado no Governo, mesmo que consiga mais de cinco por cento dos lugares na Assembleia Nacional; e isso faz prever que prefira ficar claramente de fora de qualquer desilusão que, a médio prazo, o novo Executivo venha a causar em muitos dos que o vão ajudar a formar.

Nesse caso, o Inkatha aproveitaria todas as ocasiões para mobilizar o descontentamento popular e, dentro de dois ou três anos, fazer cair o Governo de Unidade Nacional constituído à base de uma coligação entre o ANC e os homens de Frederik de Klerk. Se soubesse manobrar com mestria, a sua votação poderia então subir de sete ou oito por cento para alguns 25.

Antes disso, porém, e numa reacção muito mais imediata, certas bases do Inkatha poderão entrar em choque com os militantes do ANC em diversas localidades mais pobres; ou ser até estes últimos a ter a tentação de perseguir os primeiros, reatando-se assim com toda a violência um conflito que já dura há muitos anos e que poderá ainda causar muitos milhares de mortos.

Por outro lado, a extrema-direita, muito em especial se não chegar a conseguir o desejado Volkstaat ou um tratamento muito especial no novo alinhamento sul-africano, enveredará provavelmente por uma acção terrorista a fazer lembrar a da antiga OAS dos franceses que não aceitaram a independência da Argélia.

Neste momento, a tranquilidade prevalecente na maior parte do país parece querer dizer que a África do Sul não se encaminha para uma guerra civil, mas poderá viver durante alguns anos no receio permanente das bombas sempre prontas a explodir em qualquer local público; e isso seria muito mau para as hipóteses de investimento de capital externo e de desenvolvimento de um país que tem condições para ser a jóia mais brilhante de todas as terras abaixo do Sara.

O adeus do parlamento branco

Uma sessão histórica decorreu ontem nas instalações da antiga House of Assembly, a câmara branca do antigo Parlamento tripartido, na Cidade do Cabo. Os 300 deputados dessa e das outras câmaras, a dos mestiços e a dos indianos, debateram ao longo do dia as emendas constitucionais que vão permitir o reconhecimento do reino dos zulus como uma entidade muito especial existente nas terras da antiga província do Natal.

As emendas de última hora à Constituição interina, que entrou em vigor hoje à meia-noite, foram parte do acordo mediante o qual, na semana passada, o Inkatha desistiu do seu boicote eleitoral.

A sessão acabou com palavras históricas pronunciadas pelo presidente da assembleia: "Desejo o melhor aos honoráveis membros." Era o ponto final no governo da minoria branca. Da próxima vez que o parlamento se reunir para eleger um novo Presidente, em 6 de Maio, será dominado por uma maioria negra.

Nesta última sessão, longe de se limitarem à ordem do dia, os deputados divagaram um pouco por diversos assuntos e assistimos mesmo à intervenção bizarra do ministro do Turismo, B. J. Ranchood, acerca do desenvolvimento que o seu sector deverá ter nos próximos tempos.

O discurso introduziu uma nota surrealista no debate, mas também espelha uma realidade: apesar de todas as bombas e confrontos entre partidários do ANC e do Inkatha, manda a verdade dizer que pela maior parte da África do Sul se continua a viver com uma tranquilidade e uma calma absolutas.

As cenas de destruição e pavor no centro de Joanesburgo ou na sua vizinha Germiston não são o verdadeiro retrato da vida quotidiana na República da África do Sul, nestes dias em que o povo é chamado às urnas para decidir pela primeira vez como é que deve ser uma Assembleia verdadeiramente representativa de todas as etnias e classes sociais.

São "apenas" um fantasma de um futuro possível. ■

Quase 23 milhões de eleitores

SÃO 22,7 milhões os eleitores que podem votar nas eleições gerais sul-africanas, entre hoje e o dia 28. O dia de hoje é reservado aos chamados "eleitores especiais", pessoas que necessitam de apoio ou assistência particulares (desde grávidas a cegos e deficientes); nos hospitais, urnas de voto serão levadas de cama em cama quando necessário.

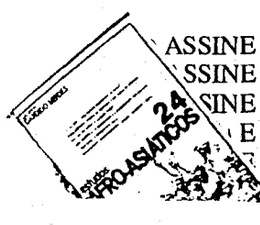
Duzentos lugares da Assembleia Nacional vão ser preenchidos a partir de listas nacionais e 200 a partir das nove assembleias provinciais.

Cada assembleia provincial nomeará dez dos seus elementos para se sentarem num Senado de 90 lugares.

A Assembleia Constituinte que deverá elaborar a nova Constituição da África do Sul terá 400 elementos da Assembleia Nacional e 90 do Senado.

A Assembleia Nacional elegerá um Presidente da República e dois vice-presidentes. Haverá um máximo de 27 ministros, tendo direito de representação no governo qualquer partido que atinja um mínimo de cinco por cento dos votos.

Mais de um quinto dos eleitores, 4,8 milhões, são da província Pretória/Witwatersrand/Vereeniging e quase outro quinto do eleitorado potencial situa-se no Kwazulu/Natal. A terceira das províncias em número de eleitores é a do Cabo Oriental, com 2,9 milhões, seguida pela do Cabo Ocidental com 2,4, estes em grande medida inclinados para o Partido Nacional, de Frederik de Klerk. ■



ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
SSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
SINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
E JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
Á • LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Albie Sachs, constitucionalista do ANC, fala dos portugueses e do "25 de Abril sul-africano"

O fim do "deixa andar"

PÚBLICO, 26 4 94

Do nosso enviado
Rui Cardoso Martins
na Cidade do Cabo

Agora é votar ou não. Participar na construção da democracia sul-africana ou fazer de conta que um português deve ainda deixar-se de políticas e fazer apenas a sua vida. Depois de um período de completa desorientação e de tentações de extrema-direita, o grosso dos que ficaram acabou por se convencer: o tempo não volta para trás. Num núcleo de imigrantes com raízes tão conservadoras, a adaptação foi mesmo assim rápida e, talvez, feita a tempo.

De quem — lembrando-se da revolução portuguesa de há duas décadas — considera o dia de hoje como "o nosso 25 de Abril, o 25 de Abril sul-africano", de quem é dos mais importantes quadros do partido que vai tomar o poder nas primeiras eleições livres do país, vale a pena saber o que pensa da comunidade portuguesa da África do Sul.

Albie Sachs, da Comissão Nacional do Congresso Nacional Africano (ANC), um dos autores da Constituição interina para os próximos cinco anos e possível presidente do novo Tribunal Constitucional, responde: "Acho que muitos portugueses vão votar, mas que também muitos vão resistir."

Sachs vê os portugueses em vários grupos bem distintos e com diferentes capacidades de adaptação à grande mudança que hoje começa. Mas a primeira coisa de que se lembra tem pouco a ver com o que o 25 de Abril representa em Portugal: o lado de profundo conservadorismo que colou os portugueses às podres raízes do "apartheid" entre brancos e negros. "Houve um certo apoio aos sectores mais 'reaccionários', à extrema-direita do AWB, à Renamo em Moçambique e ao tráfico de armas."

Há depois outro grupo de portugueses, reflecte, que não estará "tão directamente envolvido nestas actividades". São "todos os que sofreram as desgraças da África Austral, que vieram de Angola e Moçambique". Têm "um sentimento forte, não direi de raiva, mas de terem sido 'violados', desterrados e têm medo da repetição dessa experiência". Por último, "há correntes muito positivas, principalmente nas gerações mais novas".

A viver na Cidade do Cabo numa moradia entre o mar e a grande "Montanha da Mesa" tocada pelas nuvens — que foi o gigante Adamastor para os navegadores portugueses de há cinco séculos — o advogado Albie Sachs conhece o passado recente de Portugal. No dia 26 de Abril de 1974, quando viu os prisioneiros políticos serem libertados de Caxias, chorou. "Lembrei-me do Nelson Mandela, que estava preso."

Como um dos principais activistas brancos "antiapartheid", sofreu o exílio de 22 anos em Moçambique e Londres, com passagens por prisões e torturas. Como a do sono: "Foi uma das coisas que a PIDE e o antigo regime português nos ensinaram", diz ironicamente, como se agradecesse. Em 1988, no Maputo, uma bomba colocada no seu carro pela polícia secreta sul-africana arrancou-lhe o braço direito e deixou-lhe as pálpebras e o peito crivados de cicatrizes azuis.

E foi porque passou tanto para ver o dia de hoje — "o melhor dia da minha vida" —, que Albie Sachs, 59 anos, dá exemplos um pouco duros da reacção da comunidade portuguesa ao processo que levou ao fim anunciado do "apartheid". Mas também da admiração pela estranha capacidade que os portugueses têm de se adaptar às circunstâncias e de mostrarem um coração inesperado.

Fez-lhe grande confusão ter assistido, há três anos, a uma manifestação em Joanesburgo, em que falou o então secretário de Estado das Comunidades de Estado das Comunidades Portuguesas. Foi no dia 10 de Junho, a data mais cara: "Ele disse que, se isto aqui desse em desastre total, Portugal os ia receber. Ninguém falou da possibilidade de colaborarem, de trabalharem no novo país. Ninguém falou do ser sul-africano e português ao mesmo tempo!"

Albie Sachs percebeu toda a conversa porque em Moçambique aprendeu português fluente. De tal modo que, há tempos, quando quis mostrar o domínio da língua num encontro com estudantes de origem portuguesa na Universidade de Joanesburgo, um ninho das novas "cor-

Continua na pág. 10

Vaga de terror bombista

PÚBLICO, 26 4 94

A OFENSIVA bombista antes das eleições sul-africanas causou ontem mais dez mortos e pelo menos 36 feridos, quando um carro armadilhado explodiu em Germiston, zona comercial dos arredores de Joanesburgo. Na véspera, outra explosão, no centro da cidade, provocara nove mortos.

Nenhum dos atentados foi reivindicado, mas existem fortes suspeitas de que se tratem de acções de extremistas brancos, apostados em criar um clima de medo e em manter longe das urnas o maior número possível de eleitores.

Houve pelo menos mais uma dezena de pequenos atentados noutros pontos da África do Sul, a maioria dos quais visando estações de voto.

Ontem à tarde, um homem branco foi preso por populares quando acabava de arrumar, num parque de estacionamento em Benoni, também nos arredores de Joanesburgo, um veículo que se verificou mais tarde — de acordo com uma informação do Congresso Nacional Africano (ANC) — estar carregado de explosivos.

O homem despertou suspeitas porque, depois de estacionar o Mercedes, tentou abandonar o local a correr.

O ministro da Lei e da Ordem, Gert Myburgh, confirmou a prisão de um homem suspeito de envolvimento nos atentados bombistas, mas não revelou mais pormenores.

As acusações de responsabilidade foram rejeitadas pelo líder do Partido Conservador, "pró-apartheid", Ferdi Hatzenberg, que condenou os atentados. "Não sei qual é a origem da violência, mas penso que é errado pensar que se trata de violência de direita. O Partido Conservador não está envolvido e a Frente Popular também não. Sempre dissemos que a violência não é a resposta para a situação na África do Sul".

As autoridades oferecem uma recompensa de um milhão de randes (cerca de 51 mil contos), a maior de sempre, por informações que conduzam à prisão dos bombistas, e o Presidente F. W. de Klerk convocou uma sessão de emergência do gabinete.

Numa reacção aos dois atentados de Joanesburgo, os mercados financeiros, que estavam em subida desde que, no início da semana passada, o Partido Inkatha decidiu finalmente participar nas eleições, registaram quebras.

O atentado de ontem de manhã visou uma estação de táxis utilizados por negros, pouco depois das 9h, quando centenas de pessoas se movimentavam nas imediações.

Carl Niehaus, porta-voz do ANC, afirmou que um branco numa mini-carrinha estacionou "no meio da fila de táxis. O condutor saiu a correr. O veículo explodiu"

Uma primeira investigação policial revelou que foram utilizados métodos relativamente sofisticados no fabrico do engenho explosivo. A deflagração provocou elevados estragos materiais na área, incluindo, de acordo com a agência Lusa, pelo menos três lojas de imigrantes portugueses.

O jornalista Michael Sanders, da agência France Presse, descreveu um ambiente de terror, com corpos mutilados, veículos esventrados e estilhaços de vidro por todo o lado:

"Muitas vítimas ficaram mutiladas e desfiguradas, tornando impossível qualquer identificação.

"Homens vestidos de branco procuravam entre os destroços restos humanos, para os colocar em sacos de plástico. Uma mão arrancada foi projectada a pelo menos cem metros de distância.

"A explosão atirou com destroços de metal para o topo de árvores, a mais de 15 metros de altura. Um veículo 'beige' — talvez o que estava armadilhado — foi parar acima de dois táxis voltados com as rodas para o ar. Um terceiro estava mergulhado no seu habitáculo." ■

Continuação da pág. 9

O fim do "deixa andar"

rentes positivas", foi-lhe cortada a palavra: "'Sorry', professor Albie, mas importa-se de falar inglês, que percebemos mal o português?"

"Ainda é um paraíso..."

Mas aquele dia 10 de Junho com o secretário de Estado também lhe reservava uma surpresa: "Depois falei com eles e o que muito me impressionou foi que, quanto a mim, o grupo sul-africano branco que tem mais capacidades trabalhadoras e anti-racistas é precisamente o português." Isto é, nem a superioridade agressiva e rácica dos boers, descendentes de holandeses e calvinistas franceses, nem a "arrogância mundial anglo-saxónica". Os portugueses, diz Sachs, "têm uma cultura com muita emoção" e, mais do que isso — quando se pensa na miséria da grande maioria dos sul-africanos — "os portugueses conhecem a pobreza".

Não haja qualquer dúvida que a grande fatia dos que emigraram há 30 ou 40 anos para a África do Sul o fizeram para fugir à pobreza. E, se possível, mesmo que trabalhando como loucos na construção civil especializada ou no pequeno comércio de frutas e comidas, fazer fortuna apresentável; e, caso a isso seja possível chegar, ver pregada no peito uma comenda por bons serviços prestados à República, a milhares de quilómetros de distância.

Entre os 300 mil a um milhão de portugueses que estão na África do Sul — à falta de qualquer estatística fiável, há os que defendem um número e acham o outro ridiculamente alto ou baixo (os censos de 1991 dão apenas conta de 350 mil pessoas falarem a língua em casa) — é frase comum: "Isto aqui pode estar muito mau, mas isto aqui ainda é um paraíso..." Mesmo se há bastante desemprego — e tantos por isso saíram do país, acompanhando os que simplesmente tiveram medo das eleições — onde é que em Portugal um canalizador pode ter vivenda com piscina e Mercedes à porta?

Mas como em quase tudo, há de tudo, como subpeças do chamado "mosaico sul-africano". Há os madeirenses, que são pelo menos metade, e há os continentais e os fugidos das descolonizações moçambicana e angolana. Há os ricos e há os remediados. Há os que — a vasta maioria — se adaptaram humildemente às vantagens económicas do "apartheid" e nunca meteram uma unha na política, nem sequer em anteriores votações reservadas a brancos. E que assim deram um apoio tácito às décadas de governo do Partido Nacional, antes dele ter enveredado por um novo rumo guiado por F. W. de Klerk.

Há os que nasceram em Portugal e os filhos destes, as segundas e terceiras gerações que sabem muito mais inglês do que português. Há os que dizem "os pretos" com nítida carga negativa e os que ficam admirados quando sabem que dizer isso soa a racismo em Portugal; porque simplesmente nunca ouviram dizê-lo de outro modo.

Continua na pág. 11

As províncias

- ***Noroeste***
  Os conservadores brancos e negros, designadamente os do extinto Bophuthatswana, poderão votar na Frente da Liberdade, do general Constand Viljoen.

- ***Cabo Setentrional***
  Corrida entre o ANC e o Partido Nacional, num território escassamente povoado, que faz fronteira com a Namíbia e com o Botswana.

- ***Cabo Ocidental***
  Região de maioria mestiça e única onde o ANC tem poucas possibilidades de vencer, indo o favoritismo para o Partido Nacional. É aqui que fica a Cidade do Cabo, uma das mais belas da África.

- ***Cabo Oriental***
  Velha fortaleza do ANC. Uma das zonas mais pobres do país, incluindo as "repúblicas" xhosas Transkei e Ciskei, que ora deixam de ter existência legal.

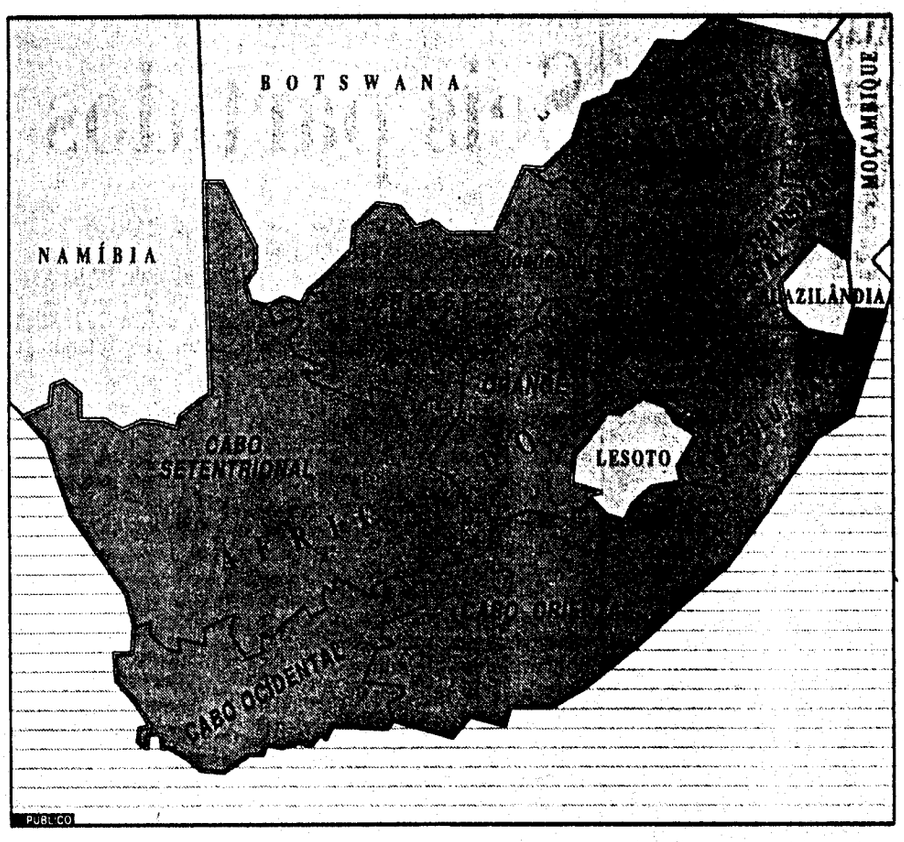
- ***Orange***
  Grandes minas de oiro e produção agrícola. Diamantes na fronteira com o Cabo Ocidental.

- ***Kwazulu/Natal***
  Bastião de zulus, indianos e brancos de língua inglesa. Possibilidades para a Frente da Liberdade, que poderá atrair muitos simpatizantes do Inkatha, mas que mesmo assim será ultrapassada pelo ANC e pelo Partido Nacional.

- ***Região PWV***
  Triângulo Pretória/Witwatersrand/Vaal. Centro económico e político do país, onde fica Joanesburgo, com os seus arranha-céus de 50 pisos.

- ***Transvaal Setentrional***
  Essencialmente agrícola, na fronteira com o Zimbabwe. A única região que votou contra De Klerk no referendo branco de 1992.

- ***Transvaal Oriental***
  Também agrícola. A maior parte dos brancos apoia o Partido Conservador e outras formações da direita. Aqui se situa o Parque Nacional Krueger, na fronteira com Moçambique.



Continuação da pág. 10

O fim do "deixa andar"

De Joanesburgo ao Cabo

Joanesburgo, Durban e Cidade do Cabo, os três núcleos importantes dos imigrantes na África do Sul, apresentam entre si bastantes diferenças quanto ao "espírito" central da comunidade. Compará-las torna bem nítida a distância entre o ganhar muito bem e o ter qualidade de vida.

Joanesburgo, destino principal, vive desde há mais de dois anos, a paranóia do aumento da violência e da criminalidade. E os portugueses, que aí cometeram a proeza de fundar mais de duas dezenas e meia de associações, descobriram as fraquezas da desunião quando chegam as crises. Há, por exemplo, clubes a funcionar neste momento com direcções de recurso; há falta de candidatos onde os habitantes têm o quase pânico de saírem à rua, à noite. E onde agora despertaram, de vez, os receios duma campanha bombista da extrema-direita.

Em Durban, a diferença faz-se a partir do momento em que existe uma só, mas grande, associação para os cerca de 20 mil imigrantes e de a violência se confinar aos arredores das cidades negras. Mas há mais, segundo Orlando Carrazedo, filho de transmontanos e novo presidente da Associação Portuguesa do Natal: "Aqui a qualidade de vida é muito melhor." Quanto a racismo, "em Joanesburgo, há uma concentração de portugueses da primeira geração e, normalmente, à maioria desses portugueses o 'apartheid' deu muito boas condições. Esse é o primeiro grupo a ser afectado por uma situação normal de igualdade de oportunidades".

Na Cidade do Cabo, que viu muitos portugueses desenvolverem excelentes negócios de pesca do atum e lagosta, João Santos ainda se recorda de quando resolveu convidar Nelson Mandela para um jantar na Associação Portuguesa do Cabo da Boa Esperança. Até ameaças de destruição da sede recebeu este director e foi apenas há dois anos. Na semana passada, uma sala da associação ficou praticamente cheia para ouvir dois altos dirigentes do ANC em sessão de esclarecimento eleitoral. À qual se seguiram, dias depois, sessões do Partido Nacional e do Inkhata. "Eles estavam altamente despolitizados e só conheciam o 'National Party'", diz João Santos. "Ao princípio começaram a pensar... a ter uma simpatia pela extrema-direita. Filiados, não, o português praticamente nunca foi filiado em nada. E agora começou a mudar um pouco."

A mudança decisiva, essa deverá começar hoje mesmo. Se há receios fundados sobre tentativas de boicote violento às eleições, que fazem barreira ao contagiante vento de optimismo que sopra no Sul de África, é possível que muitos milhares de portugueses acorram hoje às urnas. Coisa que nem lhes passava pela cabeça ainda há pouco tempo. E para os que não entrarem num "movimento" de votação em massa nos partidos Nacional e Democrático — as tendências mais prováveis para um grupo que receia a hegemonia do ANC — também há a alternativa do LUSAP, o Partido Luso-Sul-Africano, do jovem empresário Manuel Moutinho. Que muitos acusam de "oportunismo", mas que, em nome da importância dos portugueses no país, deu uma cara portuguesa aos milhões de boletins de voto das primeiras eleições multirraciais.

A vitória mais que provável do ANC também não deverá alterar muito as suas vidas, promete o constitucionalista Albie Sachs. "A maior parte da população portuguesa trabalha no pequeno sector privado, que não deve ser muito afectado. E sem querer romantizar, nem querer esquecer o passado, há aspectos da história da cultura portuguesa que são muito favoráveis à sua inserção. Mas é preciso criar novas pontes com o resto da sociedade." ■

Os números

A ÁFRICA DO SUL tem 1.221.037 quilómetros quadrados, cerca de 14 vezes Portugal, e as suas principais cidades são o Cabo (1,9 milhões de habitantes), Joanesburgo (1,6 milhões), Durban (um milhão) e Pretória (825 mil).

Tem 40 milhões de habitantes (30 milhões de negros, 5,2 milhões de brancos, 3,4 milhões de mestiços e 1,1 milhões de indianos).

É o maior produtor mundial de ouro e diamantes, mas 95 por cento das famílias negras têm um rendimento mensal inferior a 750 randes (37.500 escudos), metade da população em idade activa não tem emprego formal, sete milhões de negros vivem em cabanas e 14 milhões não sabem ler. ■

A bandeira

A BANDEIRA sul-africana do "apartheid" foi ontem arriada pela última vez, em mais um gesto simbólico do fim do regime. O Conselho Executivo Transitório, que supervisiona as eleições, decidiu que a bandeira seria baixada quando faltasse um minuto para a meia-noite que passou. A bandeira, adoptada em 1928, combinava símbolos dos principais grupos brancos, descendentes dos colonos holandeses e britânicos.

Um minuto depois da meia-noite foi erguida a nova bandeira, um desenho geométrico de seis cores.

O hino nacional, "Die Stem" ("A Voz"), foi tocado no momento em que a velha bandeira desceu no mastro. E quando a nova subiu, soaram os acordes do "Nkosi Sikelel iAfrika" ("Deus Abençoe África"), considerado como o hino negro não oficial da África do Sul. ■

à margem

PÚBLICO, 27 4 94

Em casa e no estrangeiro

QUEM ESTÁ hospitalizado ou num asilo pôde ontem votar, tendo lá ido o pessoal encarregado do processo eleitoral. E o mesmo se passou com os doentes retidos em casa, os quais só tiveram de avisar as autoridades para que lá fossem buscar o boletim. Quanto às pessoas impossibilitadas de usar os braços, com as mãos a tremer ou invisuais, puderam recorrer ao auxílio dos encarregados da assembleia, que tinham a obrigação de guardar o segredo do voto. Do estrangeiro, aguardam-se mais de 250 mil votos, entre eles 100 mil dos Estados Unidos, 87 mil da Austrália, 45 mil do Reino Unido, 35 mil da Namíbia e 11 mil do Canadá. Em Portugal foi possível votar em Lisboa, Porto, Funchal e Portimão. ■

Puritanismo islâmico

"Um voto no partido muçulmano será recompensado nesta vida e depois dela. (Mas) se o teu voto for para um partido não muçulmano e se ele der direitos aos 'gays', compartilhas o pecado", assim se expressa o Partido Muçulmano África, em anúncios de página inteira publicados na imprensa. "O comunismo e o capitalismo falharam e estão a morrer. Nós estamos com séculos de avanço", proclama o mesmo partido, que diz "não à prostituição, ao aborto, à homossexualidade, à pornografia, ao jogo e às drogas". ■

Mandela em Durban

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, nascido no Transkei, em família xhosa, vota hoje, quarta-feira, na cidade de Durban, a mais importante da província do Kwazulu/Natal, predominantemente habitada por zulus. E julga-se que o fará no bairro de Chatsworth, em grande parte habitado por indianos. Duas formas de procurar demonstrar que pretende ser o Presidente de todos os sul-africanos, sejam eles zulus, xhosas, indianos ou africaners. Ontem, apelou a que o povo votasse em massa. ■

Líderes cruciais na batalha dos votos

O futuro Presidente e os outros

PÚBLICO, 26 4 94

HÁ CERTEZAS antecipadas nestas eleições sul-africanas e uma delas é a de que Nelson Mandela emergirá como futuro Presidente, cerca de quatro anos depois de ter saído da prisão, onde passou 27 anos. Juntamente com Frederik de Klerk, ele foi o protagonista do processo de transição do "apartheid", remetendo para posições de segundo plano outros líderes negros, como Mangosuthu Buthelezi e Clarence Makwetu.

Nelson Rolihlala Mandela

O político sul-africano mais admirado no país e no exterior nasceu em 1918 na região do Transkei, fronteira da antiga província do Cabo com a do Natal. O seu nome, Nelson Mandela, é como que um sinónimo da luta da maioria negra da África do Sul para deixar de viver oprimida.

Licenciado em Direito pela Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, abriu um escritório de advogado com Oliver Tambo, mas mais tarde a sua actividade política levou-o a optar pela luta armada e a ser preso, tendo dito no julgamento que estava preparado para morrer por aquilo em que acreditava. Passou 27 anos na cadeia e só de lá saiu, em 11 de Fevereiro de 1990, para vir a ser o interlocutor preferencial do Governo de Klerk nas negociações para a criação de um regime democrático.

Voz moderada no processo de transição, o mais do que provável próximo Presidente da África do Sul recebeu o ano passado o Prémio Nobel da Paz, em conjunto com F. W. de Klerk. Muitos analistas consideram que os dois homens continuarão "condenados" a trabalhar juntos.

Frederik Willem de Klerk

Espécie de Marcelo Caetano que não se ficou pela Primavera mas antes completou nos últimos quatro anos e meio o ciclo completo da passagem de um regime a outro. Era, ainda em meados da década de 80, um dirigente não muito liberal do partido então chefiado por Pieter Botha.

No entanto, depois de uma carreira em que passou por vários ministérios, ficando a conhecer perfeitamente bem os meandros de um regime em que já o pai e um tio haviam tido posições destacadas, aproveitou da melhor maneira possível a doença de Botha, "o grande crocodilo", tirou-lhe o tapete e assumiu-se como um Gorbatchov da África Austral (falou-se mesmo de "pretoriastroika", para sublinhar o paralelismo), bem mais sucedido do que o seu parceiro russo, com o qual chegou a dizer que só tinha em comum a careca.

Com 57 anos, vai, ao que tudo indica, ser um dos vice-presidentes de Mandela e a figura que mais brancos, mestiços e indianos poderá congregar à sua volta, numa tentativa de fortalecer nos próximos anos o novo Partido Nacional.

Mangosuthu Buthelezi

A meio caminho entre a geração de Mandela e a do Presidente De Klerk, o líder do Partido Inkatha é um dos políticos mais desacreditados da África do Sul e figura no livro de recordes "Guiness" como o autor do mais longo discurso de sempre, um texto de 400 páginas que foi lendo ao longo de cinco dias, perante a assembleia legislativa do Kwazulu, o bantustão que dirige desde 1976.

Está-lhe a custar muito deixar de ser primeiro-ministro, mesmo que a nível puramente regional, de modo que se vale agora da figura de seu sobrinho o rei dos zulus para dele fazer bandeira, depois de durante muitos anos o ter impedido de exercer qualquer actividade de relevo no território ancestral.

Homem de muitos talentos e vaidades, Buthelezi, de 65 anos, interpretou a figura do seu antepassado Cetswayo no filme sobre o reino zulu feito com Michael Caine e Stanley Baker.

Aceitou concorrer às eleições à última hora, há uma semana, e apresenta-se como um moderado perseguido pelos extremistas, sejam brancos ou negros.

Clarence Makwetu

Uma das grandes contradições do actual processo sul-africano é o facto de o homem que dirige um partido de extrema esquerda, cheio de veleidades revolucionárias, ser um discreto senhor de 63 anos que não consegue entusiasmar ninguém.

Agricultor no Transkei, nem se percebe muito bem como é que foi um dos fundadores do PAC e como é que há três anos chegou à sua presidência, ele que parece tão pacífico.

A verdade é que tem conseguido manter a unidade daquele grupo de extrema esquerda que tanto cativa as bases mais radicais que se vão afastando do ANC e levou-o até a aceitar o processo negocial, pelo que poderá agora tentar nas urnas uma carreira parlamentar. ■ **J.H.**

cronologia

Algumas datas

PÚBLICO, 26 4 94

- **1486** — Bartolomeu Dias atinge o Cabo das Tormentas, depois chamado da Boa Esperança, junto à Montanha da Mesa, na passagem do Oceano Atlântico para o Índico.
- **1497** — Vasco da Gama ultrapassa o Cabo da Boa Esperança e chega ao porto a que chama Natal, hoje Durban.
- **1652** — Jan van Riebeeck funda a primeira colónia holandesa, na região do Cabo.
- **1688** — Huguenotes franceses chegam ao Cabo.
- **1795** — Primeira ocupação britânica do Cabo.
- **1820** — Chegada ao Cabo de 4.000 colonos britânicos.
- **1828** — Conclui-se a formação do reino zulu, pelo rei Shaka.
- **1836** — Início do Grande Trek dos boers para o interior, fugidos à colonização britânica.
- **1860** — Começam a chegar os indianos, para trabalhar nas plantações de açúcar.
- **1867** — Descoberta de diamantes.
- **1880** — Primeira guerra anglo-boer.
- **1886** — Descoberta de oiro; fundação de Joanesburgo.
- **1899** — Segunda guerra anglo-boer.
- **1910** — União da África do Sul, entre o Cabo, o Natal, o Transvaal e o Estado Livre de Orange.
- **1912** — Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos, que em 1923 passaria a Congresso Nacional Africano (ANC).
- **1913** — Lei da terra: os africanos, que são quase 70 por cento da população, ficam com direito a apenas 7,3 por cento das terras. Em 1936 a lei é revista e dá-lhes 13,8 por cento.
- **1914** — Fundação do Partido Nacional.
- **1948** — Partido Nacional ganha as eleições e fica 46 anos no poder.
- **1950** — É proibido o Partido Comunista.
- **1961** — A África do Sul deixa a Commonwealth e torna-se República; o ANC começa a luta armada.
- **1962** — Nelson Mandela é preso e condenado a prisão perpétua dois anos mais tarde.
- **1975** — Criação do movimento Inkatha, que se torna partido em 1990.
- **1976** — Motins do Soweto e pretensa independência do Transkei.
- **1977** — Morte na prisão de Steve Biko, fundador do movimento de Consciência Negra e pseudo-independência do Bophuthatswana.
- **1984** — Nobel da Paz para monsenhor Desmond Tutu, arcebispo anglicano do Cabo.
- **1985** — O Presidente Pieter Botha anuncia a instauração de uma sociedade "pós-apartheid" e as primeiras leis segregacionistas são abolidas.
- **1989** — Frederik de Klerk sucede a Botha.
- **1990** — Em Fevereiro, Nelson Mandela sai da cadeia; ANC e outras organizações deixam de estar proibidas. Em 30 de Junho, o "apartheid" é oficialmente abolido.

A África do Sul iniciou ontem as suas primeiras eleições multirraciais

Os dias mais longos

PÚBLICO, 27 4 94

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
na Cidade do Cabo

O primeiro dia das eleições foi marcado por uma enorme desorganização, mas, ao princípio da tarde, as coisas pareciam normalizar-se, esperando-se que hoje e amanhã já tudo corra melhor, com uma maciça afluência às urnas. Se necessário, admite-se até a possibilidade de um quarto dia de votação. E o Inkatha pede mesmo mais.

No princípio da tarde de ontem, uma centena de pessoas idosas, quase todas brancas, aguardava a sua vez de entrar na assembleia de voto instalada no Seapoint Hall, frente ao restaurante português Caravela, nas imediações da Baía das Três Âncoras, a uns 60 quilómetros do cabo da Boa Esperança. As portas da assembleia, situada apenas a centena e meia de metros das águas do Atlântico, tinham-se aberto às sete da manhã e, a partir das dez horas, aumentara a afluência, de modo que umas 13 pessoas de muita idade e com dificuldades motoras se queixavam de estar ali em pé há que tempos, à espera de exercer o seu direito cívico.

Um dos fiscais ao serviço da Comissão Eleitoral Independente (IEC), pessoa vinda de 20 quilómetros de distância para cumprir aquela missão, disse-nos que não contavam com tanta gente no primeiro dia de votação, até porque este dia era só para doentes e idosos, de modo a que os mesmos não tivessem, hoje e amanhã, de aguardar a sua vez em longas bichas.

Na verdade, como, na África do Sul, cada um vai votar onde quer, não havendo uma assembleia pré-determinada para cada cidadão, nunca se poderá saber se irão aparecer apenas dois mil ou 12 mil indivíduos num determinado local. E, como também não há um recenseamento eleitoral, será impossível calcular a afluência dos eleitores até à última hora.

A meio da tarde de ontem ainda se encontravam milhares de pessoas nos diferentes arquivos de identificação, a tentar obter os documentos necessários para votar; e algumas estavam ali desde as cinco horas da manhã. Nunca na vida haviam tido um bilhete de identidade ou um passaporte (ou, porventura, tinham-nos perdido) e por isso pretendiam na última oportunidade conseguir a prova indispensável de que eram sul-africanos, pois queriam exercer o seu direito de escolha.

O oficial de serviço na assembleia de Seapoint, num dia nublado que não condizia com a alegria própria deste período eleitoral, admitiu a hipótese de a votação geral na África do Sul não ser só até amanhã à noite, como o previsto, mas ter de se prolongar ainda para sexta-feira, 29.

Os problemas que se fizeram sentir durante a manhã de ontem em muitos pontos do país, com assembleias que não abriram a tempo e horas ou onde não havia os necessários boletins de voto, levam a admitir que seja preciso algum tempo extra.

Segundo a IEC, só nas primeiras horas foram registados 246 "incidentes", e o próprio Presidente De Klerk manifestou a sua "preocupação" pelo modo como as coisas estavam a correr em muitos pontos do país. E isto num dia que era apenas para eleitores especiais, como pessoas que estivessem no estrangeiro, grávidas, doentes, idosos e presos a cumprir penas menores (já que os castigados por delitos maiores não tiveram direito a expressar a sua opinião).

A sobrinha de Mandela

Da província do Kwazulu-Natal, onde os problemas logísticos são mais graves, chegaram-nos notícias de pessoas idosas que desmaiaram de cansaço, ao fim de quatro e cinco horas à espera de votar, algumas em jejum, desde o nascer do Sol. O líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, pediu o prolongamento do acto eleitoral por mais três dias. A IEC recusou de imediato tal ideia, mas aguardava-se uma conferência de imprensa do seu presidente, o juiz Johann Kriegler, para saber a decisão final.

Uma sobrinha de Nelson Mandela, Nomaza Paintin, vestida com as cores do ANC, foi a primeira pessoa a votar nas eleições multirraciais, valendo-se do facto de viver em Wellington, na Nova Zelândia, e de ali já ser 26 de manhã quando na África do Sul (com a hora igual à de Portugal) ainda se estava a 25.

Entre as pessoas a quem Nomaza dedicou o seu voto estava a malograda Ruth First, mulher do dirigente comunista Joe Slovo, adjunto do professor Aquino de Bragança na direcção do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Ruth foi, no início da década passada, vítima da explosão de uma carta armadilhada.

Precisamente em Maputo, notou-se ontem, na abertura das assembleias, que os boletins de voto ainda não tinham colada a faixa com o nome e o símbolo do "Inkatha Freedom Party", pelo que quem desejasse votar em Buthelezi teria de inscrever o nome do partido no fim da lista ou no verso.

Entretanto, na Bolsa de Joanesburgo já é conhecido o resultado das apostas que ali se fizeram quanto ao resultado previsível destas eleições e o mesmo poderá dar uma ideia do que pensa a comunidade empresarial sul-africana sobre o que está a acontecer nestes dias mais longos da sua expectativa: ANC 57 por cento; Partido Nacional, 25,5; Inkatha, 7,5; Partido Democrático, 5,75; PAC, 3,5; Frente da Liberdade 4 e Organização Desportiva para as Contribuições Colectivas e Igualdade de Direitos (SOCCER), 0,5 por cento.

Nas restantes 12 formações que se apresentam a nível nacional não pensaram aqueles que apostam na Bolsa. Assim, partidos como o Luso-Sul-Africano não devem ter grandes hipóteses, apenas contribuindo para evitar que haja uma clara maioria absoluta por parte da lista favorita.

Se tudo correr bem com estas eleições, a Bolsa de Joanesburgo espera conhecer dias gloriosos, pois o país tem boas infra-estruturas, abundantes recursos minerais, mão-de-obra barata, vias comerciais importantes, bom clima, reservas de oiro, serviços financeiros bastante desenvolvidos, capacidade de encarar grandes projectos e um continente inteiro para onde lançar os seus produtos.

Desde que nenhum grupo queira assumir poderes ditatoriais, por mais vasto que seja o seu eleitorado, e desde que ninguém se dedique a uma obstrução sistemática, a África do Sul tem condições para sobreviver às dificuldades por que tem passado na última dúzia de anos, em grande parte devidas às sanções com que foi punida por ter mantido de pé um sistema de segregação racial.

Tal como há 200 anos os Estados Unidos encetaram a marcha que os levaria a serem a grande potência das Américas, assim a África do Sul está à beira de entrar na senda que a levará a controlar o continente africano a sul do Sara. ■

Papas com tinta

PÚBLICO, 27 4 94

O LÍDER cessante do Transkei, general Bantu Holomisa, voltou a fazer um estranho aviso pelo qual já fora admoestado pela Comissão Eleitoral Independente: não comam papas de aveia oferecidas pelo Partido Nacional porque têm uma tinta invisível que vos impede de votar. Holomisa é número 13 nas listas de candidatos do ANC e parece ter aspirações à pasta de ministro da Defesa. ■

Atentado em Joanesburgo

PELO MENOS 16 pessoas ficaram feridas, duas das quais com gravidade, na sequência da explosão, ontem de manhã, no aeroporto de Joanesburgo, de um carro armadilhado, segundo o balanço anunciado pela polícia ao fim da tarde. Um suspeito, identificado como Eugene Opperman, um branco, foi detido e interrogado após ter sido visto, por várias testemunhas, a fugir de um automóvel. A explosão ocorreu numa das rampas de acesso às partidas internacionais do aeroporto, depois de um intervalo de 24 horas na campanha de atentados bombistas dos últimos dias atribuídos à extrema-direita branca. ■ PÚBLICO, 28.4.94

Trinta detidos

PÚBLICO, 28 4 94

TRINTA e uma pessoas foram detidas na África do Sul no quadro das investigações sobre a campanha de atentados atribuídos à extrema-direita, que causou 21 mortos e 178 feridos feridos nos últimos dias, anunciou, em Joanesburgo, o comissário da polícia Johan van der Merwe. A mesma, que explicou que diversas armas e munições foram apreendidas durante as operações, disse acreditar que as detenções vão permitir acabar com a onda de atentados. Alguns dos suspeitos são membros do movimento de extrema-direita Resistência Afrikaners, um deles agente da polícia e outro membro da polícia nacional, mas nenhum dos detidos é oficial superior, disse o comissário. ■

Nova bandeira içada na ONU

A NOVA bandeira sul-africana foi ontem hasteada na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, durante uma cerimónia que coincidiu com a realização das primeiras eleições multirraciais na África do Sul. Ao acontecimento esteve presente o embaixador sul-africano Vernon Steward e representantes na ONU do Congresso Nacional Africano, Kingsley Makhubela, e do Congresso Pan-Africano, Reggie Kumalo. Os três homens abraçaram-se logo que a nova bandeira começou a drapejar ao lado das 183 outras bandeiras representando todos os países membros da ONU. ■ PÚBLICO, 28 4 94

Eleições na Guiné-Bissau

Fragmentação da oposição beneficia PAIGC

PÚBLICO, 27 4 94

CONCLUÍDO o recenseamento eleitoral, o Presidente da Guiné-Bissau, general João Bernardo Vieira, prepara-se para anunciar nos próximos dias a nova data das eleições presidenciais e legislativas que decorrerão em simultâneo. O anúncio deverá ocorrer antes que os opositores do regime concretizem o seu plano de unidade que volta a ser uma verdadeira incógnita.

O recenseamento eleitoral, que iniciou com pequenos desaguisados, acabou por decorrer durante duas semanas de forma organizada e ordeira, não se registando incidentes de maior vulto, embora nos círculos da oposição se tivesse falado com alguma insistência de refugiados senegaleses recenseados.

A coligação da oposição para as primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau, animada por nove partidos, ainda não teve consistência suficiente para sair da sala das negociações onde ao cabo de dezenas de reuniões tudo se resume às mesmas intenções e discursos. No entanto, tem pouco tempo pela frente, pois deverá inscrever os seus candidatos 40 dias antes das eleições e é possível que estas sejam marcadas para a segunda metade de Junho.

Leituras diferentes sobre a dimensão e implementação de cada força, compromissos partidários, e uma certa dose de ambição, têm dificultado a materialização do projecto unitário. O depoimento de um dirigente da oposição ao PÚBLICO ilustra bem o tipo de contradições que envolveu o processo: "Todas as formações estão de acordo que é preciso unidade para mudar o regime, mas quando se trata de escolher um só candidato ou elaborar uma lista única, tudo se complica, porque as ambições pessoais prevalecem." Esta mesma fonte acredita ser ainda possível uma "coligação abrangente, porque é a única via para vencer o general Vieira".

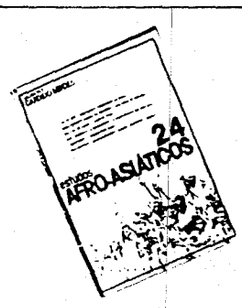
Todavia, os caminhos na prática são outros. O Partido da Convergência Democrática, dá indicações de querer avançar sem pactos e tem feito fé na seu candidato às presidenciais, o empresário Carlos Domingos Gomes "Cadogo", que nos próximos dias vai anunciar a suspensão das suas actividades comerciais para se dedicar unicamente à política. O Movimento Bafatá retomou o seu "acordo político" assinado pelo Partido da Renovação Social e que prevê acções conjuntas mas pontuais em certas regiões.

A única coligação existente — Força do Povo — embora continue a participar nas reuniões dos líderes, com vista à edificação da tal ampla unidade, já retomou a sua própria dinâmica impulsionada por três partidos que têm no ex-ministro da Saúde, João da Costa, o seu candidato.

Caso os opositores do regime de Bissau não consigam viabilizar o seu projecto, as eleições serão disputadas por dezenas de listas partidárias nas legislativas e meia dúzia de candidatos às presidenciais, uma situação que irá, sem dúvida, beneficiar o PAIGC, ávido por conservar o poder, que agora seria legitimado. ■

António Soares Lopes, em Bissau

UE CANCELA PROGRAMAS DE AUXÍLIO A ANGOLA — O Governo provincial da Huila, no Sul de Angola, anunciou ontem que a União Europeia decidiu suspender 18 programas de financiamento agrícola devido à instabilidade militar na região. Segunda a mesma fonte, citada pela Lusa, a medida estende-se igualmente a outras províncias angolanas, como Namibe e Cunene. Os projectos de desenvolvimento agrícola para aquelas três províncias seriam financiados na sua totalidade pela União Europeia e previam um prazo de conclusão entre cinco e sete anos. A retoma dos programas, cujo valor global não foi precisado, poderá no entanto ocorrer conforme o desfecho das negociações que decorrem em Lusaca, capital da Zâmbia. PÚBLICO, 27 4 94



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. – Assinatura anual (em dólar comercial):** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *Instituições nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 – *WE ASK FOR EXCHANGE.*

I M P R E S S O